

SOBRECARGA DE INFORMAÇÃO POLÍTICA, MISINFORMATION E DESINFORMAÇÃO: Perspectivas teóricas sobre resistência informações factuais¹

POLITICAL INFORMATION OVERLOAD, MISINFORMATION, AND DISINFORMATION: Theoretical perspectives on resistance to factual Information

Tatiana Dourado ²

Resumo: Este artigo tem o objetivo de discutir os fatores que geram resistência a informações factuais no contexto digital contemporâneo, marcado pela prevalência de misinformation e desinformação, articulando perspectivas da informação política e da opinião pública. A pesquisa sistematiza a distinção entre cidadãos pouco informados e mal informados, à luz do modelo de cidadão bem informado, destacando o papel de crenças imprecisas e refutadas como filtros interpretativos de informação e da realidade. Nessa perspectiva, o artigo propõe um modelo teórico sistematizado, que integra misinformation e desinformação como fenômenos complexos e multifatoriais que se relacionam mutuamente à sobrecarga de informação digital, contribuindo para ampliar o entendimento sobre processos comunicacionais disfuncionais e dinâmicas pervasivas que se acumulam frente ao baixo ou inadequado controle dos fluxos informativos nas plataformas digitais.

Palavras-Chave: Sobrecarga de Informação 1. Misinformation 2. Desinformação 3. Crenças. 4

Abstract: This article aims to discuss the factors that generate resistance to factual information in the contemporary digital context, marked by the prevalence of misinformation and disinformation, drawing on perspectives from political information and public opinion. The study systematizes distinctions between uninformed and misinformed citizens, in light of the well-informed citizen model, highlighting the role of inaccurate and refuted beliefs as interpretive filters of information and reality. From this perspective, the article proposes a systematized theoretical model that integrates misinformation and disinformation as complex, multifactorial phenomena that are mutually related to digital information overload, contributing to a broader understanding of dysfunctional communicational processes and pervasive dynamics that accumulate in the face of low or inadequate control over informational flows on digital platforms.

Keywords: Information Overload 1. Misinformation 2. Disinformation 3.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação e Pós-Graduação em Comunicação. Doutora em Comunicação - Linha Comunicação e Política, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia (Póscom, UFBA, 2020). Email tatianadourado@puc-rio.br

1. Introdução

O conceito de sobrecarga de informação refere-se a um descompasso entre a oferta informacional e a capacidade cognitiva de processamento no tempo disponível, isto é, quando o volume de informação excede aquilo que pode ser efetivamente assimilado e utilizado (EPPLER; MENGIS, 2004), afetando tomadas de decisão em diferentes segmentos da vida social. Em certa medida, trata-se de uma preocupação que decorre tanto da redução do intervalo entre a emissão e a recepção de informações quanto do aumento contínuo da interação entre informação e grande público por variados meios, como livros, jornais, rádio, televisão, internet, smartphones e, de forma específica, plataformas de mídias sociais. Fatores como tempo disponível, características percebidas da informação (qualidade ou sua ausência), atributos da mensagem (nível de novidade, ambiguidade, incerteza e complexidade) e experiências subjetivas (estresse, confusão, pressão, ansiedade etc) são apontados como sinais da ocorrência de sobrecarga de informação (EPPLER; MENGIS, 2004).

A sobrecarga de informação pode ser caracterizada, em outras palavras, como uma sensação de perda de controle relacionada ao consumo de informações percebidas como relevantes e potencialmente úteis (BAWDEN; ROBINSON, 2020), independentemente de sua natureza - se factualmente fundamentadas ou manipuladas. Embora seja mais estudada no nível do indivíduo e de organizações, também é considerada uma preocupação para a sociedade e as democracias, devido ao seu potencial de provocar perda de coesão social, elevação da polarização política percebida e enfraquecimento da vitalidade da esfera pública (HARGITTAI, NEUMAN, CURRY, 2012). Para John Keane (1999), a abundância comunicacional traz contradições intrínsecas às sociedades, como a distribuição desigual de informações, a perda gradual da privacidade, o impasse entre quantidade e qualidade e, entre outras coisas, o crescimento de ideologias antidemocráticas em decorrência da propensão à polarização e às crenças simplistas. Apesar de partir de contexto histórico ligado aos meios eletrônicos e à fase de transição digital, aponta para desafios de ambientes saturados de informação, com aumento de competição simbólica, ideológica e ética, que se intensificam nos ambientes e infraestruturas digitais nos últimos anos (KEANE, 1999).

Por diferentes razões, como a intensidade de uso de mídias sociais, os modos de funcionamento desses sistemas técnicos, a ingerência algorítmica na personalização e recomendação de conteúdos de terceiros, bem como a dificuldade de controle adequado dos fluxos de informação, há mais concorrência pela atenção e um recondicionamento das preferências informacionais dos usuários de internet. Pesquisas de opinião sobre hábitos informativos nos Estados Unidos e no mundo coincidem ao apontar a tendência ao declínio do envolvimento e da atenção às notícias, somada à centralidade das mídias sociais para consumo incidental de notícias políticas (PEW RESEARCH, 2025; REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM, 2025). Esses levantamentos destacam o aumento do papel do formato vídeo e de plataformas de vídeos curtos como meio de acesso tanto a notícias quanto a informações falsas e enganosas, bem como a percepção de personalidades e influenciadores digitais tanto como meio de acesso a notícias quanto como propagadores de engano e manipulação (PEW RESEARCH, 2025; REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM, 2025). Por isso, nos últimos anos, ao considerar uma paisagem digital em que os indivíduos podem escolher cada vez mais se informar por meio de fontes tanto autênticas quanto duvidosas, o paradigma da sobrecarga de informação ajuda a entender “comportamentos de comunicação prejudiciais” (BAWDEN; ROBINSON, 2020) como o compartilhamento de *fake news*.

Este artigo se propõe a discutir como *misinformation*, entendida como informação consistente com crenças incorretas, e *desinformation*, enquanto emissão deliberada de mensagens com o objetivo de influenciar percepções e atitudes alheias para fins pré-determinados, se articulam com a sobrecarga de informação digital. Para tanto, parte-se da bibliografia sobre informação política e opinião pública para refletir sobre o modelo do cidadão bem informado e suas limitações frente aos pouco informados e mal informados. Em seguida, o artigo analisa a sobrecarga de informação sob três dimensões centrais: (i) *misinformation* e informação consistente com crenças imprecisas e refutadas; (ii) *desinformation* e *fake news*; e (iii) *misinformation* vs *desinformation*. A partir dessa análise, o artigo organiza um modelo teórico³ que integra essas dimensões, permitindo compreender o engano político no contexto da sobrecarga de informação digital e suas implicações para a

³ Para discussão (em desenvolvimento).

qualidade da esfera pública, a deliberação democrática e a resistência à informação factual.

2. Informação Política e as Disfunções Comunicacionais

Há uma extensa bibliografia acadêmica que discute a “informação política” como condição para o aperfeiçoamento das democracias⁴. Como parte desta corrente, em 2006, em “Information and American Democracy”, Bruce Bimber argumenta que existe uma relação entre o conhecimento sobre fatos, temas e acontecimentos políticos, viabilizado pelo acesso à informação política, e a qualidade das democracias. Nesse sentido, informação política é entendida como qualquer “conhecimento relevante” para compreender, participar e tomar decisões no funcionamento democrático, seja entre cidadãos, entre cidadãos e governo ou no interior do próprio Estado. Assim, não se restringe a notícias sobre governos ou eleições, mas abrange toda informação que fundamenta a formação de preferências e orienta comportamentos, atitudes e tomadas de decisão (BIMBER, 2006, 10-12)⁵, constituindo, portanto, uma infraestrutura do próprio processo democrático.

A ideia de que mais informação é sinónimo de melhores cidadãos e, por conseguinte, de melhor democracia, é objeto de perspectivas paradoxais. Estudiosos como James N. Druckman (2005) procuram compreender a informação não apenas sob o prisma normativo, ao refletirem sobre critérios de qualidade informacional que sustentam boas decisões políticas, mencionando, por exemplo, aquelas consistentes com valores dos indivíduos ou resistentes à manipulação por enquadramentos e propaganda. Um dos contrastes destacados refere-se ao uso de atalhos informacionais, por meio de líderes de opinião e fontes informais, e à questão de se cidadãos mal informados podem tomar decisões semelhantes às dos bem informados. Como observa James N. Druckman (2005, p. 516), possuir amplo conhecimento

⁴ A bibliografia, majoritariamente norte-americana, sobre informação política e democracia destaca o papel da informação na mobilização cívica e na evolução das formas de participação. Bimber (2003) identifica três “revoluções da informação” nos Estados Unidos como antecedentes do atual ambiente informacional digital: a primeira na expansão do sistema postal e da imprensa no século XIX, a segunda centralidade da informação política no contexto do crescimento do Estado no século XX e a terceira com impacto da radiodifusão e da televisão, já ensejando um processo de fragmentação e divisão da comunicação e informação.

⁵ Nas palavras de Bimber: “(...) information becomes vital to democracy in myriad ways: in the processes by which citizen preferences are formed and aggregated, in the behaviors of citizens and elites, in formal procedures of representation, in acts of governmental decision making, in the administration of laws and regulations, and the mechanisms of accountability the freshen democracy and sustain its legitimacy. None of these elements of democratic process can operate apart from the exchange and flow of information among citizens and their associations and organizations, among citizens and government, and within government itself” (Bimber, 2003, pg. 12-13).



político ou grande capacidade de recordar fatos nem sempre leva a melhores decisões, podendo também resultar em indiferença ou escolhas piores.

As ferramentas, sistemas e serviços digitais contemporâneos, ao expandirem em escala inédita a produção, disseminação, circulação e amplificação de informação política, também favorecem a multiplicação de líderes de opinião e a proliferação de atalhos informacionais digitais, desempenhando papéis centrais na amplificação de engano e manipulação, como argumento (AUTOR, 2020), seja pela posição influente que ocupam em suas redes digitais, seja pela virilidade orgânica ensejada pelas plataformas digitais. Pesquisadores têm demonstrado que a evolução das mídias sociais têm reconfigurado o fluxo de informações em duas etapas (HARGITTAI et al., 2012). Nesse contexto, e em diálogo com a noção de sobrecarga de informação, é possível ainda argumentar que peças de conteúdo político digital enganosas e nocivas, muitas delas sem fonte ou emissor identificáveis, também funcionam como atalhos informacionais, nos quais o volume de engajamento percebido faz com que o usuário interprete aquele conteúdo como relevante. Por isso, os fenômenos da misinformation e desinformação passam a ser estudados no âmbito da sobrecarga da informação (BAWDEN, ROBINSON, 2020), o que será aprofundado mais adiante.

a. Bem informados (well-informed) vs. não informados (uninformed)

Uma das definições de cidadão bem informado foi proposta pelo sociólogo e filósofo Alfred Schütz no ensaio “O cidadão bem-informado: Um ensaio sobre a distribuição social do conhecimento” (1946). Ao lado do especialista e do homem de rua, esse paradigma do cidadão bem informado compõe, para Schütz, os três tipos ideais de cidadãos nas sociedades modernas. O especialista detém conhecimento restrito e fundamentado sobre um tema, enquanto o homem de rua possui saberes imprecisos, porém úteis para fins práticos, guiando-se por sentimentos e emoções (Schütz, 1946). O cidadão bem informado, ou “cidadão que pretende ser bem informado”, por sua vez, situa-se entre esses dois polos, ou seja, não possui conhecimento especializado, mas também não se apoia na imprecisão ou na irracionalidade, buscando formar opiniões razoavelmente fundamentadas sobre assuntos que reconhece como relevantes, ainda que não centrais para seus interesses (SCHÜTZ, 1946).

Para Alfred Schütz, o especialista e o cidadão bem informado participam da vida pública com conhecimento socialmente aprovado em comparação aos homens de rua. Estes, por sua vez, representam o saber comum e costumam compor a base empírica de enquetes e pesquisas de opinião. Em sua perspectiva, a crescente predominância de opinião (supostamente) pouco informada (*uninformed*⁶) pode levar a uma interpretação equivocada da democracia e comprometer a qualidade das decisões coletivas. João Carlos Correia observa que Schutz sugere uma saída que coloque os cidadãos além do dogmatismo do homem comum e da especialização limitada dos peritos (CORREIA, 2004, p. 4).

Em outras palavras, ser um cidadão bem-informado representaria ser aquele com capacidade de votar de forma consciente, de responder questões sobre fatos, de classificar atores políticos e de responsabilizar líderes por suas ações, entre outras questões (DRUCKMAN, 2005). Michael X. Delli Carpini e Scott Keeter (2002) apontam que cidadãos mais bem informados tendem a apoiar normas democráticas, participar mais ativamente da política e apresentar opiniões mais estruturadas e estáveis, sendo menos suscetíveis a informações novas, porém irrelevantes ou enganosas, e mais responsivos a informações novas que sejam relevantes e consistentes. Em “Rethinking the role of political information”, Matthew Levendusky também destaca que os bem informados sabem mais, mas também participam mais da política, uma vez que se preocupam mais com assuntos públicos, fazem mais usos da mídia e possuem maior engajamento político⁷. Não se trata, portanto, de ter acesso a grande quantidade de informação, mas da capacidade de interpretá-la de maneira consistente com a realidade factual.

O lado oposto mais evidente ao modelo do cidadão bem informado é o do cidadão pouco informado ou não informado (*uninformed*). Pesquisas indicam que esses indivíduos dependem mais de atalhos informativos tradicionais, como a comunicação interpessoal, e tendem a cultivar vínculos mais fortes com filiação partidária, grupos de interesse e opiniões de amigos, em vez de formar opinião consciente sobre os assuntos públicos (MCKELVEY; ORDESHOOK, 1986, p. 910; BARTELS, 1996, p. 217). Outros estudos destacam

⁶ No ensaio, o “desinformado” foi usado para referir-se a “uninformed”. Opta-se aqui pelo uso de pouco informado ou não informado, situando a discussão nas lacunas informacionais, isto é, na falta de informação.

⁷ Nas palavras do autor, “Informed and uninformed voters differ along a host of dimensions more informed voters care more about politics, consume more media, are more politically engaged, and so forth” (LEVENDUSKY, 2001, pg. 45).

consequências do eleitorado ignorante ou pouco informado, como o risco de o governo não refletir a vontade popular, de manipulação por elites (SOMIN, 1998, P. 414) e de subrepresentação de necessidades coletivas (ALTHAUS, 1998, P. 546). Esse é apenas um conjunto, de um universo amplo e difuso no subcampo da opinião pública, de estudos que pouco a pouco foi conformando a compreensão acadêmica de que as pessoas precisam de acesso à informação factualmente correta e usá-las de forma efetiva e racional para cidadania, mobilização e participação políticas.

b. *Os mal-informados (misinformed)*

Uma concepção que tem recebido pouca atenção acadêmica sustenta que o problema não reside simplesmente em lacunas ou vácuos de informação (*uninformed*), mas no fato de que muitas pessoas sustentam firmemente informações equivocadas e utilizam isso para formar preferências sobre políticas públicas, de modo particular, e sobre política, de modo amplo. Esta corrente é estruturada, no âmbito dos estudos sobre informação política, por James H. Kuklinski e colegas (2000), que argumentam que o fenômeno da *misinformation*, a ser desenvolvido mais adiante, molda tanto resistências individuais à informação factual quanto preferências coletivas.

Nesse horizonte, o cidadão mal-informado designaria aqueles que carecem de informações factualmente corretas, mas sobretudo aqueles que sustentam com convicção crenças imprecisas e informações equivocadas. Para os autores, a combinação entre a manutenção confiante de crenças e as preferências já estabelecidas constituem barreiras à cidadania bem informada⁸ (KUKLINSKI et al., 2020, 792). Assim, haveria uma distinção significativa entre não dispor ou dispôr de pouca informação e estar mal-informado.

Os autores esclarecem o que consideram uma ambiguidade sobre o que significa estar bem informado, não informado e mal informado. Estar bem informado significa ter crenças factuais, não informado significa não tê-las, e estar mal-informado significa sustentar convicções erradas. Há, portanto, um deslocamento da atenção da quantidade ou qualidade da

⁸ Os autores argumentam que: "(...) people often are not uninformed about policy, as political scientists continue to emphasize, but misinformed. People hold inaccurate factual beliefs, and do so confidently. The problem, then, at least with respect to attitudes about public policy, is not that people simply lack information, but that they firmly hold the wrong information - and use it to form preferences. Not only does this misinformation function as a barrier to factually educating citizens, it can lead to collective preferences that differ significantly from those that would exist if people were adequately informed" (Kuklinski et al., 2020, 792).

informação disponível para a interação entre informação, crenças e preferências prévias, sejam elas individuais ou coletivas. Nessa perspectiva, quanto mais imprecisas são as crenças das pessoas, mais convencidas elas estão de que estão certas. A depender da proporção e de seu alastramento, as crenças, enquanto representações cognitivas que moldam percepções, atitudes e comportamentos, podem levar à distorção profunda da voz coletiva. A existência de crenças incorretas, quando sustentadas com confiança, serviria, portanto, como um filtro, ou até mesmo um obstáculo, para a adesão a fatos e dados factualmente corretos, resultando em preferências difíceis de serem corrigidas, principalmente entre aqueles que com partidarismo forte (KUKLINSKI et al., 2020, p. 795-810).

A retomada da compreensão dos papéis exercidos pela crença na interpretação de informações e nas dinâmicas da opinião pública, com seus diversos desdobramentos nas atitudes, cognição social, dissonância cognitiva, persuasão e manipulação, torna-se ainda mais necessário na era digital, marcada por amplas possibilidades de acesso a conteúdos consistentes a crenças, muitas vezes imprecisas ou equivocadas. Embora o reconhecimento das crenças como variável seja recorrente ao longo da história, tem sido frequentemente lateralizado nos “estudos sobre desinformação”, que têm se valido, sobretudo, pela “intenção de enganar” como critério que distinguiria *desinformação* de *misinformation*, essa última entendida como aquilo “sem intenção” de causar engano (WARDLE, DERAKHSHAN, 2017; WARDLE, 2020). Essa tendência focada na “intenção” acaba por simplificar a complexidade de fenômenos ainda mais multifatoriais não mais somente pela interação entre aspectos cognitivos, sociais, políticos e comunicacionais, mas também sociotécnicos, tendo em conta o patamar da datificação, algoritmos e conectividade contenciosa (referências) em evolução na atualidade.

Considerando a comunicação política um campo interdisciplinar (GOMES, 2004; GOMES, MAIA; 2008), uma vertente indissociável dessa discussão advém da psicologia social cognitiva, que estuda diversos padrões de “vieses” que tornam os indivíduos essencialmente tendenciosos, calcados em preconceitos e estereótipos, e por isso se tornam alvo de “experimentos” de propaganda política desde sempre (referências). Entre inúmeras tendências cognitivas do “cérebro tendencioso”, o viés de confirmação (referências) explica a propensão de aceitar e valorizar informações que endossam convicções prévias e de

desconsiderar, minimizar ou rejeitar evidências contrárias, de modo a relacionar-se com a exposição seletiva (referências), entre outros processos, e a contribuir para a persistência de crenças, polarização política e resistência desses indivíduos às ações corretivas (referências). Segundo especialistas, embora esse viés tenha um histórico estratégico adaptativo levando os seres humanos a manterem aquilo que percebem que “está funcionando”, há uma relação entre crenças prévias, viés de confirmação e crenças refutadas. Ou seja, as pessoas se apegam às crenças prévias para também não precisar mudar tanto de ideia, mas isso pode também levá-los a “becos escuros e sem saída” quando esse “apego” gira em torno de crenças refutadas (ARONSON, ARONSON, 2023).

Em 1877, em “A Fixação da Crença”, Peirce já argumentava que, quando as inferências são feitas com base em crenças, pouco adianta questionar sua verdade ou falsidade no plano imediato da ação⁹. Para Peirce, as pessoas fixam crenças a partir da tenacidade (obstinação ao que já acredita), autoridade (imposição social), a priori (consideradas razoáveis ou agradáveis à razão) e científico (baseado na investigação empírica e na correção pública dos erros). Nesse mesmo contexto histórico, autores como Le Bon (2016) tratavam da perda da individualidade e da razão na condição do indivíduo enquanto parte de uma multidão sugestível e suscetível ao contágio emocional.

De lá até cá, portanto, a preocupação recai na importância dos interesses e das preferências coletivas na estabilidade democrática, considerando tudo o que pode incidir no reforço de crenças coletivas a partir da circulação de informação e de sua repetição entre pares. Com base nessa compreensão e na matriz intelectual da propaganda política formulada por Edward Bernays (1928), o próprio Walter Lippmann enfatiza o papel das imagens e dos símbolos na construção dos pseudoambientes simbólicos, a partir de fatos, pseudofatos e ficções, que orientam a opinião pública e que são utilizados (e manipulados) de forma pragmática pela propaganda comercial ou política (LIPPMANN, 2008).

⁹Com base na lógica da investigação científica, Pierce defende que a verdade é distinta da falsidade porque, se investigada corretamente, pode levar a um resultado desejado, e consequentemente crítica uma ideia alinhada ao apego às próprias convicções e tendência de se rejeitar evidências inconvenientes a que se refere o viés de confirmação. “A pessoa que confessa que existe algo como a verdade, que se distingue da falsidade simplesmente por isto, que se prosseguida nos levará ao ponto que desejamos atingir e não por mau caminho, e então, embora convencida disto, não se atreve a conhecer a verdade mas procura evitá-la, encontra-se na verdade num estado de espírito lamentável” (Peirce, 1877, p. 13).

3. Os desdobramento da sobrecarga da informação (política) na mis-e desinformação

a. *Misinformation*

Como mencionado anteriormente com base na conceitualização de Kuklinski e colegas (2000), *misinformation* decorre do processo no qual fortes crenças imprecisas baseiam produção, consumo e interpretação de informações. Em alguma medida, *misinformation* se equivale ao engano (*misleading*) e a concepções errôneas (*misconception*) que deturpam a percepção (*misperception*) sobre a realidade e o mundo, uma vez que afeta a memória e é resistente à correção (WRIGHT, LOFTUS, 1998; NYHAN, REIFER, 2010).

Jerit e Zhao (2020) explicam que *misinformation* não deve ser confundida com rumores ou teorias conspiratórias, podendo se originar tanto no nível individual quanto no ambiente midiático ou social, sendo então caracterizada como crenças incorretas sustentadas com convicção, na linha de Kuklinski e colegas. Somam-se a isso o papel da forte identidade partidária ou visões de mundo ideológicas no processamento da informação política, bem como modelos mentais orientados à explicação e o desejo de consistência com atitudes anteriores, fatores que levam indivíduos a se apegar a crenças falsas de difícil correção (JERIT; ZHAO, 2020).

Do mesmo modo, Ecker e colegas afirmam que as pessoas tendem a avaliar manchetes de notícias a partir de atalhos mentais, como a compatibilidade com a visão de mundo pessoal e a confirmação de crenças prévias, e não conforme o fato reportado. A forte identidade partidária tenderia a favorecer, assim, a leitura enviesada de notícias que afetem seu próprio grupo, mas os autores também observaram que, independente de partidarismo, indivíduos capazes de inibir respostas intuitivas e raciocinar corretamente apresentam maior capacidade de identificar falácias (hoaxes) (ECKER et al., 2022). De todo modo, a base nuclear da *misinformation*, na forma de crenças imprecisas como filtro interpretativo das informações, relaciona-se à tendência de recorrer a falácias lógicas, à compreensão pobre dos conteúdos, à inclinação ao contra-argumento e à presença de um efeito de falso consenso (ECKER et al., 2022, p. 19). Exemplos incluem correlações entre vacinas e autismo ou entre urnas

eletrônicas e fraude eleitoral, em que a *misinformation* - isto é, a crença refutada de que vacinas causam doenças ou de que todo sistema é vulnerável e, portanto, o voto do eleitor não está seguro (AUTOR, 2025) - decorre de inferências lógicas equivocadas, que podem ser agravadas quando existe também uma mentalidade conspiratória (ECKER, 2022).

b. Desinformação e fake news

Diferentemente de *misinformation*, desinformação é uma prática orientada a gerar influência sobre outros a partir de objetivos pré-definidos. Essa prática, associada a um segmento mais pesado de propaganda política categorizado como *black propaganda* (JOWETT, O'DONNELL, 2014), por empregar técnicas de fabricação e falsificação, é condicionada pela tecnologia disponível e pela capacidade de direcionar alvos com mais precisão. Nessa tradição, ao contrário de outras modalidades de propaganda política, o emissor é deliberadamente ocultado, dificultando o reconhecimento da origem e da estrutura por trás da emissão das mensagens. Desinformação, enquanto prática e campanha, resulta, portanto, da combinação entre produção de conteúdos fabricados ou manipulados, disseminação estratégica e ocultação da fonte emissora, levando os indivíduos a se verem cercados por informações destinadas a moldar percepções, reforçar preferências e orientar tomada de decisões baseadas nessas circunstâncias¹⁰.

Na atualidade, campanhas de desinformação recorrem a um repertório ampliado de

¹⁰ As definições contemporâneas, tendo como marco o ano de 2016 com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos seguida da decisão popular pela saída do Reino Unido da União Europeia durante o Brexit, enfatizam duas linhas. Uma, mais alinhada à tradição de propaganda política, aponta para a disseminação deliberada de informações falsas (FARIS et al., 2016). Outra linha desloca o foco para o nível do conteúdo, chamando de desinformação a situação em que "informações falsas são compartilhadas de forma consciente" (WARDLE, DERAQSHAN, 2017), todo tipo de informação falsa, incorreta ou imprecisa (COMISSÃO EUROPEIA, 2018) ou mesmo equivalência direta a uma informação, como "uma informação salda ou enganosa divulgada deliberadamente para enganar ou manipular a opinião pública" (TAYLOR & FRANCIS, sem ano). Evitando chamar peça de conteúdo de desinformação ou disinformation, plataformas digitais optam por usar misinformation quando a moderação de conteúdo tem foco no conteúdo enganoso ou alegações falsas segundo consenso científico (TikTok, Google/YouTube, Meta). Por sua vez, práticas de desinformação (finalidade) se vinculam às políticas de autenticidade e de integridade cívica, que buscam inibir contas inautênticas, impersonificação, contas fakes e etc. que visem comportamentos prejudiciais e enganosos. Na bibliografia, portanto, os fenômenos aqui tratados podem ser enquadrados a partir de suas diferenças (misinformation e desinformação), mas há quem traduza diretamente misinformation como desinformação (mais comum), use apenas misinformation ou apenas desinformação. Existe, portanto, falta de uniformização terminológica e conceitual, embora haja sim, em correntes diferentes, conceitos amadurecidos.

técnicas de propaganda computacional¹¹ visando manipular percepções, amplificar conteúdo e simular apoio popular nos espaços digitais, a exemplo de *astroturfing*, *fireshosing*, fazendas de *bots*, amplificação algorítmica coordenada, *microtargeting* político e etc., que passam a atingir novas proporções com a mais atual emergência sistemas baseados em inteligências artificiais (HOWARD, WOLLEY, 2018; BRADSHAW, HOWARD, 2019; WOOLLEY, 2020). Torna-se, então, muito mais fácil a emissão deliberada de fluxos de mensagens interessadas, de forma repetitiva e por múltiplos canais, muitas vezes com redes de contas anônimas, perfis falsos e sites fraudulentos, com o objetivo de desmoralizar e de dividir, portanto, de gerar desinformação. Por exemplo, a disseminação contínua de postagens, como no caso das alegações de fraude nas urnas desde 2018, cujo volume de publicações aumentou em larga escala em 2020 e 2022, leva à exposição repetida a enquadramentos interessados sobre determinados temas. A bibliografia histórica tem demonstrado que a repetição gera familiaridade e maior aceitação percebida (plausibilidade), fora os processos de ativação e reforço de dissonância cognitiva e de uso de negatividade e outros atributos que geram respostas emocionais, influenciando processos de memória (AUTOR, 2021; HENDERSON, 2021; ARONSON, 2023),

Tanto *misinformation* quanto desinformação são fenômenos difíceis, em sua totalidade, de terem suas dinâmicas e efeitos escrutinados, monitorados, investigados e neutralizados. Na desinformação, os indícios são mais visíveis, consistente, no nível da prática, na ação coordenada (volume vs tempo vs canais vs plataformas de distribuição) e, no nível do conteúdo, na identificação de mensagens manipuladas e de notícias fabricadas. Por isso, a circulação viral de *fake news*, enquanto tipo específico de informação inverídica distribuída para disputar sentido de notícia (AUTOR, 2020; AUTOR, 2021), indica a existência de uma campanha de desinformação em operação. *Fake news* são, portanto, na bibliografia especializada, uma espécie usada em campanhas de desinformação (GELFERT, 2018). O fato de a peça fabricada ter tido alcance viral indica a existência de uma infraestrutura tecnológica aplicada às mídias sociais que ajuda a forjar a percepção de plausibilidade daquela informação (AUTOR, 2020; AUTOR, 2021).

¹¹ Essas técnicas não são de uso exclusivo de campanhas de desinformação, e estudos têm demonstrado que são usadas em campanhas de ativismo cívico, em campanhas eleitorais, em ataques on-line e, no limite, em campanhas de assédio direcionado e crimes de ódio por parte de redes extremistas que povoam os espaços digitais desde o início da internet, com pouco controle no ecossistema de plataformas digitais (BENNETT, LIVINGSTON, 2012; NAGLE, 2017; DONOVAN, LEWIS, FRIEDBERG, 2019);

c. Sobrecarga da Informação face à misinformation vs. desinformação

A maior amplitude da exposição a informações imprecisas, distorcidas, enviesadas, isto é, que podem reforçar equívocos, gerar enganos e fomentar polarização, por meio de mídias sociais, aplicativos de mensageria e fóruns online, expandiu e complexificou problemas já severos causados pela *misinformation* e desinformação. Tanto desinformação quanto *misinformation* contribuem para o aumento da sobrecarga de informação digital, uma vez que, por um lado, o bombardeio de mensagens é parte do *modus operandi* e, de outro lado, indivíduos sentem-se instados a repassar para frente, a partir de todas as facilidades de compartilhamento, informações quando consistentes com suas crenças imprecisas ou refutadas. Isso significa que campanhas de desinformação, ao buscar manipular e subverter símbolos, emoções e imagens, dialogam com crenças imprecisas fortemente sustentadas. Quanto mais aderente campanhas de desinformação forem em relação à *misinformation*, mais exitosa em seu alcance online e na sociedade, por isso exploram climas de opinião preexistentes e tópicos sensíveis à polarização (AUTOR, 2020).

O paradigma de sobrecarga de informação enfatiza a incapacidade cognitiva e indisponibilidade de tempo para processar quantidade demasiada de informação, sem juízo de valor sobre sua qualidade. No caso de uma sobrecarga causada por campanhas de desinformação, significa a existência de ambientes digitais altamente povoados por mensagens manipuladas, aumentando a propensão à “seleção cognitiva” (HILL, 2018) em torno da *misinformation*. Considerando a alta competitividade da economia da atenção e o tempo cada vez mais escasso para guiar o consumo de informação, essa sobrecarga de informação manipulada e enganosa tende a acelerar os efeitos indesejáveis atribuídos à *misinformation*, como o radicalismo e o extremismo (HILL, 2018).

Nos ambientes digitais, portanto, *misinformation* teria a vantagem de transitar e se espalhar modo mais rápido: “quanto mais rapidamente as pessoas conseguirem acessar, selecionar e reproduzir informações de sua preferência, mais facilmente essas informações reproduziram os vieses cognitivos de seus usuários” (HILL, 2018, p. 2). Proliferação de informações junto com vieses servem de guia para a seleção cognitiva de modo consistente

com crenças, oportunizando a personalização e a seleção de informações alinhadas a crenças prévias, assim como intensificando a tendência humana ao viés de negatividade (HILL, 2018, p. 2; ARONSON, ARONSO, 2023). Estudos sobre memes demonstram que a limitação da atenção dos indivíduos ajuda na produção de um ambiente informacional caótico, então os padrões virais passam a depender das janelas de atenção dos usuários (WENG et al., 2012, p. 6), sendo que quantidade e qualidade são mais alta e mais baixa, respectivamente, de acordo com o alto nível de sobrecarga de informação (QIU et al., 2019), podendo gerar uma distorção em escala entre quantidade e qualidade.

Um outro estudo mostrou que a sobrecarga de informações durante a Covid-19 se relacionou ao compartilhamento de *fake news* na medida em que gerava maior tensão psicológica. Esse processo não decorreria, segundo a autora, da “intenção de enganar”, mas resultaria da fadiga cognitiva ou do senso de urgência percebida, podendo ser refreado pelo aumento da resiliência dos indivíduos em momentos de crise (BERMES, 2021). A sobrecarga de informação digital tenderia, assim, a favorecer atalhos cognitivos e atalhos de informação fornecidos e amplificados por fenômenos *misinformation* e desinformação. Considerar *misinformation* e desinformação como fenômenos multifatoriais e limítrofes implica reconhecer sua complexidade.

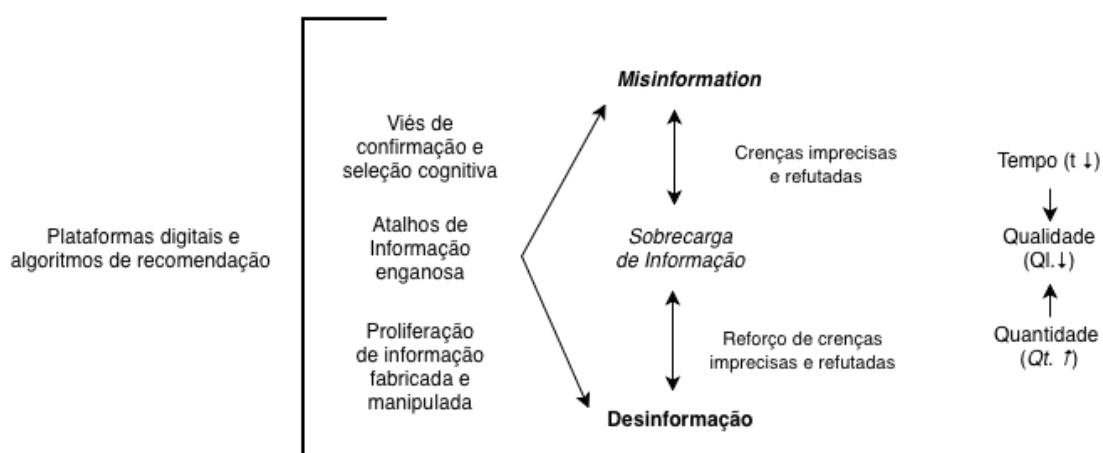


FIGURA 1 - Modelo teórico sumarizado (em desenvolvimento)

FONTE - AUTORIA PRÓRIA

A sistematização teórica aqui proposta apresentada acima na Figura 1 coloca a sobrecarga de informação como eixo central dos fenômenos analisados. *Misinformation* e desinformação, nessa perspectiva, atuam em ciclos de retroalimentação, funcionando simultaneamente como causa e consequência da sobrecarga de informação. A sobrecarga de informação, por sua vez, operaria como elemento mediador e catalisador, isto é, em ecossistemas propensos à circulação viral, caracterizados pela abundância de conteúdo de baixa qualidade e pela escassez de tempo, amplia as possibilidades de acesso a atalhos informacionais (como líderes de opinião e conteúdos interpretativos), intensificando a ativação de processos de seleção cognitiva e de viés de confirmação. Isso torna parte dos usuários mais suscetível a mensagens manipuladas, fabricadas ou enganosas, principalmente aqueles mais situados em clusters altamente polarizados (TORBENG, 2018). Essa sistematização permite ainda aprofundar a compreensão sobre o “engano” como produto das dinâmicas da linguagem, de condições sociotécnicas de circulação da informação e de predisposições cognitivas e políticas de emissores e audiências. Enquanto a *misinformation* tende a conduzir ao equívoco e a gerar resistência à informação factual ou à deliberação racional, desinformação explora estrategicamente essas vulnerabilidades, expondo audiências a mensagens que amplificam a polarização e a desconfiança.

4. Conclusão

Com base em estudos que integram perspectivas da informação política e da opinião pública, este artigo buscou refletir sobre os fatores que, conforme a bibliografia, geram resistência à informação factual, adequando-os ao contexto digital contemporâneo, marcado pela prevalência de *misinformation* e desinformação. Nesse processo, sistematiza-se a discussão sobre o modelo de cidadão bem informado, que parte do paradigma de que as democracias modernas exigem cidadãos bem informados para plena participação e mobilização cívica. Embora desejável, uma parcela dos cidadãos, apesar do acesso a informações abundantes e em função de condicionantes individuais e coletivos, apresenta resistência não apenas à interpretação moderada dos fatos, mas também a ações corretivas. Por isso, o artigo organiza, a partir da bibliografia, a distinção entre estar pouco informado e estar mal-informado, destacando, nesse último caso, o papel das crenças imprecisas ou refutadas como filtro interpretativo da informação e da realidade.

Em seguida, o artigo diferencia conceitualmente *misinformation* e desinformação como fenômenos-chave que, de maneira mútua, contribuem para a sobrecarga de informação. A partir disso, propõe-se um modelo teórico sistematizado, capaz de ilustrar a combinação de fenômenos diversos, multifatoriais e complexos que, embora difíceis de operacionalizar teórico-metodologicamente, estão interligados e promovem processos comunicacionais disfuncionais e dinâmicas pervasivas, com impactos na qualidade da esfera pública e nas democracias contemporâneas. O trabalho também problematiza a tendência de classificar indiscriminadamente tudo que promove engano como “desinformação”, desconsiderando a distinção entre *misinformation* e desinformação e generalizando fenômenos correlatos, como teorias da conspiração e negacionismo. Salvo exceções, essa abordagem não distingue os diferentes fenômenos nem demonstra suas inter-relações - por exemplo, como teorias da conspiração ou o negacionismo se articulam com *misinformation* ou com desinformação.

Outro ponto problemático que o artigo busca atenuar é a equiparação entre informação e desinformação. Frequentemente, informação falsa ou enganosa, seja enviesada, distorcida ou sensacionalista, é categorizada como “desinformação”, transformando este termo em um gênero informativo que abarca múltiplos fenômenos distintos, desde rumores a sensacionalismo até *clickbait* e *fake news*. Apesar das contribuições do estudo, o artigo apresenta limitações, como o uso de uma bibliografia selecionada, sem pretensão de esgotar todas as publicações acadêmicas ou categorias analíticas. Cabe observar, contudo, que ainda são poucos os trabalhos que relacionam sobrecarga de informação, *misinformation* e desinformação de forma integrada; normalmente, a análise é feita entre sobrecarga de informação e *misinformation*, ou entre sobrecarga de informação e *fake news*. O presente trabalho contribui para articular esses três fenômenos de maneira conjunta, mais ainda pode ser desenvolvido mais aprofundadamente à luz da esfera pública e da comunicação política, junto com melhor síntese teórica e com desenvolvimento de estudos empíricos. O artigo precisa ainda desenvolver implicações para intervenções e ações corretivas como iniciativas de fact-checking e de moderação de conteúdo.

Referências

- ARONSON, Elliot; ARONSON, Joshua. *O animal social*. São Paulo: Goya, 2023. 504 p.
ALTHAUS, S. L. (1998). Infomation in Collective Information Effects Preferences. *The American Political Science Review*, 92(3), 545–558.

- BARTELS, L. M. (1996). Uninformed Votes: Information Effects in Presidential Elections. *American Journal of Political Science*, 40(1), 194. <http://doi.org/10.2307/2111700>
- BAWDEN, D.; ROBINSON, L. Information overload: an introduction. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://oxfordre.com/politics/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-1360>
- BERMES, Alena. Information overload and fake news sharing: A transactional stress perspective exploring the mitigating role of consumers' resilience during COVID-19. *Journal of Retailing and Consumer Services*, v. 61, jul. 2021, 102555. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2021.102555>.
- BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. *Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, 2012.
- BERNAYS, Edward L. *Propaganda*. Brooklyn: Ig Publishing, 2005.
- BIMBER, B. (2003). Information and American Democracy. *European Journal of Communication* (Vol. 20). Cambridge: Cambridge University Press. <http://doi.org/10.1017/CBO9780511615573>
- BRADSHAW, Samantha; HOWARD, Philip N. *The global organization of social media manipulation*. Oxford: Oxford Internet Institute, University of Oxford, 2019.
- CARPINI, M. X. D., & KEETER, S. (2002). The Internet and an Informed Citizenry. *The Civic Web: Online Politics and Democratic Values*, (January 2002), 129–153. Disponível em http://repository.upenn.edu/asc_papers/2/
- COMISSÃO EUROPEIA. *A multi-dimensional approach to disinformation: Report of the High Level Expert Group on Fake News and Online Disinformation*. Brussels, 2018.
- CORREIA, João Carlos. *A teoria da comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. Coleção: Media e Jornalismo. 160 p. ISBN: 972-24-1346-5.
- DRUCKMAN, J. N. (2005). Does Political Information Matter? *Political Communication*, 22(4), 515–519. <http://doi.org/10.1080/10584600500311444>
- DONOVAN, Joan; LEWIS, Becca; FRIEDBERG, Brian. *Parallel ports: Sociotechnical change from the Alt-Right to Alt-Tech*. Cambridge, MA: Harvard Kennedy School, 2019.
- AUTOR, 2020.
- AUTOR, 2021.
- AUTOR, 2025.
- ECKER, U. K. H.; LEWANDOWSKY, S.; COOK, J. et al. The psychological drivers of misinformation belief and its resistance to correction. *Nature Reviews Psychology*, v. 1, p. 13-29, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s44159-021-00006-y>.
- EPPLER, M. J.; MENGIS, J. The concept of information overload: a review of literature from organization science, accounting, marketing, MIS, and related disciplines. *The Information Society*, v. 20, n. 5, p. 325-344, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01972240490507974>
- FARIS, Robert et al. *Partisanship, Propaganda, and Disinformation: Online Media and the 2016 U.S. Presidential Election*. Cambridge, MA: Berkman Klein Center for
- GELFERT, Axel. Fake News: A Definition. *Informal Logic*, v. 38, n. 1, p. 84–117, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22329/il.v38i1.5068>
- GOMES, Wilson da Silva. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GOMES, Wilson da Silva; MAIA, Rousiley. *Comunicação & democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.
- KEANE, John. *Communicative abundance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- KUKLINSKI, James H.; QUIRK, Paul J.; JERIT, Jennifer; SCHWIEDER, David; RICH, Robert F. Misinformation and the currency of democratic citizenship. *The Journal of Politics*, v. 62, n. 3, p. 790-816, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/0022-3816.00033>
- LE BON, Gustave. *A psicologia da multidão*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- LEVENDUSKY, M. S. (2011). Rethinking the Role of Political Information. *Public Opinion Quarterly*, 75(1), 42–64. <http://doi.org/10.1093/poq/nfq070>
- LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2008. Coleção Clássicos da Comunicação Social.
- MCKELVEY, R. D., ORDESHOOK, P. C., & MCKELVEY, R. D. (1986). Information, Electoral Equilibria, and the Democratic Ideal. *The Journal of Politics*, 48(4), 909–937.
- NAGLE, Angela. *Kill all normies: Online culture wars from 4chan and Tumblr to Trump and the alt-right*. Winchester: Zero Books, 2017.

- NYHAN, Brendan; REIFLER, Jason. When corrections fail: the persistence of political misperceptions. *Political Behavior*, v. 32, p. 303-330, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11109-010-9112-2>
- HARGITTAI, E.; NEUMAN, W. R.; CURRY, O. Taming the information tide: perceptions of information overload in the American home. *The Information Society*, v. 28, n. 3, p. 161-173, em: <https://doi.org/10.1080/01972243.2012.669450>
- HENDERSON, Emma L.; SIMONS, Daniel J.; BARR, Dale J. The trajectory of truth: a longitudinal study of the illusory truth effect. *Journal of Cognition*, v. 4, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5334/joc.161>
- HILLS, Thomas T. The dark side of information proliferation. *Perspectives on Psychological Science*, v. 14, n. 3, p. 323-330, maio 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1745691618803647>
- HOWARD, Philip N.; WOOLLEY, Samuel C. *Computational propaganda: political parties, politicians, and political manipulation on social media*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- JERIT, Jennifer; ZHAO, Yangzi. Political misinformation. *Annual Review of Political Science*, v. 23, p. 77-94, maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-050718-032814>
- JOWETT, Garth S.; O'DONNELL, Victoria. *Propaganda and persuasion*. 6. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2014.
- PEIRCE, Charles Sanders. *The fixation of belief*. *Popular Science Monthly*, v. 12, n. 1, p. 1-15, 1877
- PEW RESEARCH CENTER. *Young Adults and the Future of News*. Washington, DC: Pew Research Center, 2025. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/journalism/2025/12/03/young-adults-and-the-future-of-news/>. Acesso em: 19 fev. 2026.
- QIU, Xiaoyan; OLIVEIRA, Diego F. M.; SHIRAZI, Alireza Sahami; FLAMMINI, Alessandro; MENCZER, Filippo. *Limited individual attention and online virality of low-quality information*. Ithaca: arXiv, 2017. (Social and Information Networks; Physics and Society). Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1701.02694>. DOI: <https://doi.org/10.48550/arXiv.1701.02694>.
- REUTERS INSTITUTE FOR THE STUDY OF JOURNALISM. *Digital News Report 2025*. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2025. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2025-06/Digital_News-Report_2025.pdf. Acesso em: 19 fev. 2026.
- TAYLOR & FRANCIS. Misinformation and disinformation statement. Taylor & Francis Policies, 2024. Disponível em: <https://taylorandfrancis.com/our-policies/misinformation-and-disinformation-statement/>
- TORNBERG, Petter. Echo chambers and viral misinformation: Modeling fake news as complex contagion. *PLOS ONE*, v. 13, n. 9, e0203958, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0203958>
- SCHUTZ, A. (2014). O cidadão bem-informado Um ensaio sobre a distribuição social do conhecimento. *Social Research*, 4(1946), 463-478.
- SOMIN, I. (1998). Voter ignorance and the democratic ideal. *Critical Review*, 12(4), 413-458. <http://doi.org/10.1080/08913819808443511>
- WARDLE, Claire; DERA KHSHAN, Hossein. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>
- WARDLE, Claire. *Entender a desordem informacional*. [S.l.]: First Draft, 2020. Disponível em: https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_PTBR.pdf
- WENG, Lilian; FLAMMINI, Alessandro; VESPIGNANI, Alessandro et al. Competition among memes in a world with limited attention. *Scientific Reports*, v. 2, art. 335, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1038/srep00335>.
- WRIGHT, D. B.; LOFTUS, E. F. How misinformation alters memories. *Journal of Experimental Child Psychology*, v. 71, n. 2, p. 155-164, nov. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1006/jecp.1998.2467>
- WOOLLEY, Samuel C. *The reality game: how the next wave of technology will break the truth*. New York: PublicAffairs, 2020.